

JOSE JULIO SILVEIRA MARTINS: "Silveira Martins", 1929, Typ. São Benedicto, Rio de Janeiro

Silveira Martins é uma das figuras quasi lendarias da politica brasileira. Os seus dotes phenomenes de orador criaram-lhe uma fama de eloquencia que o tempo ainda não conseguiu devorar. O seu nome e o de Ruy são os que primeiro acodem ao espirito quando se fala em gigantes da palavra no Brasil. Essa fama nasceu, por assim dizer no dia em que elle, pela primeira vez, abriu a bocca em publico. A sua estrêa no parlamento foi um assombro; os testemunhos a esse respeito são unanimes. Dois desses testemunhos não ha quem os desconheça: o de Taunay e o de Nabuco. Anos depois, quando occupou a pasta da Fazenda, Quintino Bocayuva assim lhe caracterisava a eloquencia: "Orador impetuoso, arrojado quando está na tribuna, tem o dom de atrahir a attenção dos ouvintes de um modo especial: communica a cada um parte do seu enthusiasmo; parece que cada palavra, cada palavra sua, é uma falca electrica, tal é o estremecimento que produz no auditorio. Arrebatando os amigos, commove os indifferentes, fulmina os adversarios, encanta as senhoras, convence os incredulos e vae ao fundo da questão sempre pelo caminho mais curto. De uma grande lealdade, de uma franqueza desnordeadora, de coragem extraordinaria, dotado de voz sonora e retumbante, de gesticulação feliz, é capaz de arrastar as massas como um verdadeiro tribuno".

O caracter do homem e as idéas do estadista tornavam a eloquencia do orador ainda mais irresistivel: o homem era de muita nobreza de sentimentos e o estadista só se inflamava por idéas liberaes. Lector assiduo do D. Quixote parece que no seu espirito se fundiram o que as duas grandes figuras do livro immortál tinham de melhor — a delicadeza de sentimentos, a devoção aos ideaes do cavalleiro andante e o senso das realidades, a franqueza rude do escudeiro fiel.

Traços do caracter do homem e amostras da eloquencia do tribuno encontram-se reunidas, em grande abundancia, no estudo que um dos seus filhos, o sr. José Julio Silveira Martins, acaba de consagrar ao illustre brasileiro.

Obra do filho tem que ser forçosamente, obra parcial. Por mais que o autor procure dominar os seus sentimentos filiaes elles repontam, aqui e alli, indoma-

veis. Obras taes nunca serão julgamentos, mas podem ser depoimentos preciosos. Creio que esta ficará bem classificada sendo posta na categoria de fonte de informações sobre a forte personalidade que evoca. Fonte copiosa e excellente. Mesmo quando reabre os debates em que o pae esteve envolvido e se atraca com os adversarios que elle enfrentou, o filho não sonega aos observadores imparciaes os elementos de que necessitam para um juizo definitivo. Esse juizo nem sempre coincidirá com o delle, mas o delle, embora dictado mais pelo coração do que pela justiça, é também merecedor de exame e respeito.

Nos períodos que se seguem o autor traça bem a figura do lutador politico quando em pleno combate e, ao mesmo tempo, assignala a linha moral do homem: "O temperamento impetuoso de Silveira Martins devia fatalmente levar-o para as lutas politicas. Com difficuldade se adaptaria a qualquer outro ambiente que não o da politica, aliás a politica de idéas, de principios, de uma finalidade alta e nobre, e jámais a politicagem raística, de campanário, em que as ambições se entrechocam, separando os homens, tornando-os inimigos, com grave prejuizo dos interesses collectivos. Silveira Martins nunca entrou em contacto com politicos desta especie, que lhe causavam verdadeira repugnancia. Atacava com o maior vigor os seus adversarios, mas, ainda no calor das refregas, jámais descia aos ataques grosseiros, ás aggressões individuaes, porque o que mais lhe interessava eram as idéas e não as pessoas dos adversarios. Uma feita, na Camara, produziu vehemente discurso contra o gabinete do visconde do Rio Branco, e, nessa mesma noite, ia jantar em companhia do seu eminente adversario, a convite deste. Ahí está um episodio bem significativo, mostrando a lealdade, a correcção, o cavalheirismo com que Silveira Martins criticava os actos dos homens dos quaes se achava separado pela barreira das idéas. Uma ou outra vez, em seus discursos, usava alguma expressão energica — "camara de servís", "camaras de illustres desconhecidos" — mas era endereçada antes ás instituições que aos homens".

Nos discursos que o livro reproduz só encontrei, realmente,

uma aggressão directa a um adversario. Gaspar discorria sobre os deveres do patriota e a deshonra da patria. Dizia elle: "A patria não se deshonra: accelta as condições do momento, as humilhações da desgraça; mas essas mesmas humilhações são muitas vezes um incentivo para a futura regeneração" — ao que obtemperou um deputado: — "Quando existem homens como Gambetta!" Acudiu, então, immediatamente, o terrivel tribuno:

— Não sou tão pouco patriota, nem tão descrente dos homens que julgue a minha patria condemnada a produzir somente cidadãos da estatura do nobre deputado e que no meio de sua vasta superficie, povoada de tantos milhões de habitantes, não seja ella capaz de deitar um e muitos homens tão grandes como os matores de qualquer parte do mundo.

Da nobreza de seu caracter não ha traço mais impressivo que a sua attitudo no famoso caso das "popelines". O episodio é conhecido. Uma casa do Rio foi apanhada em crime de contrabando na alfandega. Apurou-se, no Inquerito, que ella era useira e veseira nesse delicto e que entre os seus socios figuravam um conferente da alfandega e o proprio ministro da Fazenda, que era Cotegipe. Cesario Alvim, deputado liberal, aproveitou-se do caso para um ataque tremendo contra o gabinete, que era conservador. A situação de Cotegipe tornou-se assás melindrosa. Levanta-se, então, Silveira Martins e, comquanto companheiro politico de Cesario Alvim, declara terminantemente que a honradez de Cotegipe não está em causa: "Eu creio no que diz o nobre ministro. Não duvido de sua probidade individual".

Cotegipe, acrescenta o autor do livro, não domina um impulso. Ergue-se quasi que automaticamente da cadeira e, se pudesse ter vontade naquelle momento, correria a abraçar o seu accusador. Ergue-se da sua cadeira e ouvem-se-lhe estas palavras: — Muito obrigado! Muito obrigado! A Camara emociona-se.

De outra feita, voltou ao thema com mais vigor ainda, em períodos que se diriam forjados para os dias actuaes: "Senho-

res! O fim do Estado é a justiça, é o bem geral, que se adquire tornando a liberdade de todos compativel com a liberdade de cada um. Não ha felicidade onde não ha liberdade e justiça. O nosso fim está falseado, nosso systema de governo está corrompido, pois, em vez do poder ter sido criado para assegurar a liberdade e manter a justiça, parece que o paiz foi criado para o governo. As nossas leis, em vez de garantirem a liberdade contra o governo, sempre disposto a exaggerar o principio de força, que representa, não fazem mais do que fortifica-lo contra as tentativas da liberdade".

E esta advertencia final, também de applicação apropriada nos dias que correm:

"A violencia desperta a idéa de resistencia e quando o poder, em vez do bem para que foi criado, torna-se o autor dos males publicos, não é um principio que se deva manter, mas um inimigo que se deve derribar. Antes, porém, senhores, de recorrer aos meios extremos, devem os povos sensatos esgotar os meios ordinarios".

A sua investida alcança até a pessoa do monarcha, inviolavel e sagrada. Essa inviolabilidade é para elle uma simples ficção. "Nos dias azingos o povo não se illude com theorias mentirosas, porque conhece, com toda a evidencia dos males soffridos, a força da verdade. Irresponsavel era Carlos I de Inglaterra, e a sua cabeça caiu decapada no cadafalso. Irresponsavel era Luiz XVI e cerceou-lhe o pescoço a guilhotina. Irresponsaveis eram Carlos X e Luiz Philippe, de França, eram Francisco II, de Napoles, Isabel II, de Hespanha, e o povo enxotou-os do seu territorio para reivindicar os direitos da soberania usurpados, a ponto de se julgarem proprietarios do paiz de que não eram senão os mais elevados subditos".

Enganar-se-á, todavia, quem, diante dessas expressões, concluir que Silveira Martins era um inimigo da autoridade regular. O seu instincto de homem de Estado fazia-o reconhecer, publicamente, a necessidade em que os governos se acham, ás vezes, de praticar até illegalidades. Mas essa necessidade elle só a reconhecia quando estavam em jogo os interesses da patria e uma vez que os governos procedessem francamente com vantagem do paiz, assumissem a responsabilidade do acto, e, depois, pedissem ao Parlamento "bill de indemnidade". Violencias inuteis, para fins partidarios, sob roupagens constitucionaes, hypocritas, sem franqueza, disfarçadas, elle não as soffria. Explorou-se muito, o ainda se explora, a sua phrase: — "O poder é o poder". Para muitos ella é um pregão de dictadura. O seu sentido, real, porém, não é esse. Aquí está o trecho onde ella figura e cujo contexto integral não permite essa interpretação, que é uma deturpação:

"O governo é quem governa; e uma vez dada uma decisão, sobre parecer do Conselho de Estado, não podem estar aquelles que a devem cumprir fazendo questões e empregando subterfugios para se esquivarem a obedecer á lei. O governo fala a lingua do governo, linguagem imperativa; ordena, quer e deve ser obedecido "dentro dos limites da legalidade". A questão não é de forma. O nobre deputado não é capaz de, analysando este aviso, mostrar nelle uma unica palavra inconviniente. Póde reconhecer e reconhecerá nelle o imperio de quem tem direito de mandar. O poder é o poder.

Ahi está: o poder é o poder, "mas dentro dos limites da legalidade".

Chamavam-lhe revolucionario. Os tempos são outros mas hoje

representação nacional não goza entre nós de prestigio algum, porque as camaras representam repartições do Executivo. O povo não conhece os seus mandatarios nem sabe a lingua que elles falam. Hoje mais do que nunca a Camara figura um feixe de parasitas abraçadas ao tronco da nação, alimentando-se da selva do Estado, que ha de, afinal, cahir minado e exangue!"

Se a imprensa e o parlamento eram isso durante a Monarchia, não desanimemos, os homens de hoje, por continuarem a ser a mesma coisa. Com ser o que eram, o Brasil não pereceu nem definhou; com ser o que são, elle ha de caminhar e crescer... A raça dos idealistas não desaparece e enquanto ella existir a nação terá elementos de vida que lhe renovem e robusteam o organismo. Cada idealista de agora tem o direito de fazer suas as palavras de Gaspar:

"Eu caminharei para diante, cada vez mais tenaz, cada vez mais forte, porque não me apoio nem nos empregos que o poder distribue, nem na guarda nacional que elle nomeia, mas nos grandes interesses da patria que defendo, e na justiça que reclamo igual para todos. A minha força está nesta aspiração ardente de liberdade que me devora e por amor da qual larguel o poder. Está na lealdade aos homens e aos principios. Essa influencia não é passagelra, como a que se funda nas vantagens individuaes. A liberdade não se espingardeia, não morre. Os que se apoiam nos interesses individuaes perdem a influencia quando perdem o poder que os satisfaz".

Chefes por favor do governo! exclamava elle, certa occasião. "Mas só os povos vis têm chefe imposto pelo poder. Só um povo de mercenarios se arregimenta pelo suborno, pela promessa de empregos e lucros... O povo não vive de empregos e de favores. O povo adormece na descrença ou torna-se indifferente mas se um homem de talento lhe fala ao espirito, se mostra seu direito, se mostra o seu poder, o povo desperta, torna-se senhor de si mesmo, e o seu chefe é aquelle que o soube guiar, que o auxiliou na conquista da sua liberdade, no reconhecimento do seu di-

reito, que soube lutar e soffrer com elle".

E' tempo de deter-me. Não quero expôr a memoria de Silveira Martins ás injurias dos que consideram a suprema das infamias contra a patria falar em liberdade e justiça e duvidar da infallibilidade dos governos...

Plinio Barreto

COMP 2.2.3.474

Estado 21/9/29